VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. 87 p.

MARJORIE BEGOT¹
UFPA

MARIAH ALEIXO²
UFPA

O livro *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*, organizado por Ricardo Verdum³ lançado em abril de 2008 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em parceria com a Oxfam Novib, coloca em debate um tema ainda pouco explorado pelo movimento indígena: a organização dos movimentos de mulheres indígenas, além de apresentar anexos correspondentes às resoluções do *Encontro Nacional de Mulheres Indígenas*, da *Oficina de Mulheres Indígenas, Violência e Políticas Públicas* e do *Encontro Nacional de Mulheres e Jovens Indígenas*. A publicação permite observar, dentre outros fatores: a necessidade de vizibilização do movimento de mulheres indígenas no contexto do movimento mais amplo dos povos indígenas; o amadurecimento dessas organizações, que apesar de recentes, têm conseguido driblar as dificuldades no âmbito da garantia e efetivação de direitos e o reconhecimento enquanto movimento de mulheres autônomo; e por fim, o desafio de fazer valer direitos

---

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: marjoriebegot@yahoo.com.br.

² Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq. E-mail: mariahaleixo@ufpa.br.

³ Antropólogo e Assessor de Política Indígena Socioambiental do INESC. Membro da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) nas gestões 2004/2006, 2006/2008 e 2008/2010. Membro da Rede Latinoamericana de Antropologia Jurídica (Relaju). Membro do GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

individuais cominados aos direitos culturais, próprios dos povos indígenas.

O livro possui quatro artigos escritos por mulheres indígenas militantes, juristas e antropólogos. São eles: Luís Roberto de Paula⁴ com o artigo *A organização institucional do Movimento das Mulheres Indígenas no Brasil atual: notas para começar a pensar*; Maria Inês de Freitas⁵, autora de *Mulheres indígenas e a luta pro direitos na Região Sul*; Valéria Paye Pereira Kaxuyana⁶ e Susy Evelyn de Souza e Silva⁷, autoras do ensaio *A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas* e Ela Wiecko V. de Castilho⁸, que escreveu *A violência doméstica contra a mulher no âmbito dos povos indígenas: qual lei aplicar?*

Temos abaixo algumas considerações acerca dos ensaios supra-citados, respectivamente.

O livro aborda o sucesso do *Encontro de Mulheres da Região Sul*, evidenciando que o movimento de mulheres indígenas tem discutido não necessariamente temas exclusivos às mulheres, o que tem sido uma característica dessas organizações indígenas. As indígenas, na região sul, têm demandado diversas questões, tais como melhor atendimento de saúde, a soberania alimentar, moradia, entre outros.

Ainda acerca do movimento de mulheres indígenas, a publicação enfatiza o caráter recente dessa articulação que se deu via enfrentamento de resistências encontradas dentro do movimento indígena amplo, que é historicamente controlado por homens, além do fato de organizações indígenas, independente de recorte de gênero, serem invisibilizadas pelo Estado brasileiro.

Mostra-se, ao longo do livro, o embrião de um processo de monitoramento de convênios e contratos firmados entre associações indígenas e não-indígenas, de um lado, e agências governamentais e de

---

⁴ Antropólogo. Pesquisador do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental (ISA).

⁵ Participante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPIN- Sul). Tem experiência na área de História, em História Moderna e Contemporânea, atuando nos seguintes temas: história, política, gênero e sociedade.

⁶ Integrante do Departamento de Mulheres, Infância e Juventude da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

⁷ Assessora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

⁸ Subprocuradora da República do Ministério Público Federal e docente da Universidade de Brasília (UNB). Participou da feitura do anteprojeto de lei que versava sobre a violência doméstica contra a mulher em 2002 e que posteriormente fora transformado na Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006).

cooperação internacional por outro, dando importância às organizações de mulheres indígenas. Tais convênios, geralmente associam-se às atividades relacionadas à construção cultural do gênero feminino, por exemplo, o apoio ao artesanato de mulheres indígenas. No entanto algumas das parcerias estão focadas no apoio à organização política das indígenas, o que parece ser mais adequado ao processo de construção e consolidação da autonomia das mulheres indígenas.

Dois ensaios do livro debruçam-se sobre a questão da violência contra a mulher indígena, inter e intra étnica, bem como os impasses à aplicabilidade da *Lei Maria da Penha*. Pode ser observada a existência da demanda das mulheres indígenas em relação ao combate à violência doméstica, assim como a mobilização das indígenas para coibir a prática, como se vê em uma das resoluções aprovadas na I Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, cujo texto foi o seguinte: “punição para os responsáveis pela violência doméstica, abuso sexual, e estupro contra as mulheres indígenas, discriminação”⁹ (VERDUM, 2008, p. 24).

Os ensaios evidenciam as mudanças trazidas a partir da edição da *Lei Maria da Penha* em 2006. Entre as alterações estão, por exemplo: a mudança de competência para julgar os crimes de violência doméstica contra as mulheres do âmbito dos Juizados Especiais Criminais (JECRIMS) para uma vara especializada em violência doméstica contra a mulher; a impossibilidade de a pena ser convertida em dinheiro ou doação de cestas básicas; a proibição de a mulher retirar a denúncia a não ser que o faça perante o juiz. Atenta-se para a ausência de informação acerca da nova Lei, pois como é recente, não há dados em que se possa confiar, sendo somente perceptível a falta de informação das mulheres, especialmente das mulheres indígenas.

Há dificuldade de aplicar a *Lei Maria da Penha* nas aldeias, por conta da invisibilização que as ocorrências de violência têm nessas comunidades e também pelas realidades das aldeias serem muito diferentes daquela pensada para aplicar a referida Lei.

No mesmo sentido, Beltrão e Libardi:

[d]o ponto de vista dos povos indígenas parece claro que o legislador não pode, ao propor uma lei, tendo

---

⁹ Proposta aprovada no eixo “violência de gênero e políticas de segurança” na referida Conferência.

como parâmetro a mulher branca urbana/rural inserida na cultura ocidental. Para afirmação de um Brasil plural e diverso não cabe em uma lei singular, cuja aplicabilidade não vai ultrapassar os limites da cidade. A violência deve ser entendida de forma contextualizada, sem sacrificar a autonomia indígena (BELTRÃO e LIBARDI, 2009, p. 132).

Diplomas internacionais são invocados ao longo do livro, quando do impasse entre a jurisdição indígena e a estatal, sendo a Convenção 169 da OIT o mais exaltado. Segundo Rodolfo Stavenhagen:

[e]l Convenio (169), sigue siendo, y probablemente lo seguirá siendo durante cierto tiempo, el único instrumento jurídico internacioanl ahora en vigor y abierto para la ratificación que se refiere específicamente a los derechos de los pueblos indígenas y tribales (STAVENHAGEN, s./d., p. 17).

A *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)* sobre povos indígenas e tribais, surgiu porque as legislações nacionais não conseguem abordar temas relacionados com as necessidades dos povos indígenas e tribais, respeitando suas especificidades e características particulares. Segundo a Convenção, são características dos povos indígenas seus estilos de vida tradicionais, ou seja, sua cultura e maneira de viver diferente de outros setores da população de um país. Possuem, portanto, uma organização social própria¹⁰.

Os textos reforçam a existência de violência doméstica contra as mulheres indígenas, ressaltando, via menção à *Convenção 169* da OIT, a maneira como a *Lei Maria da Penha* deve ou não ser aplicada. Dessa forma, conforme dizem as autoras, é necessário que haja formação para as mulheres indígenas sobre o que versa a lei em questão, a fim de que elas estejam habilitadas a decidir o que é melhor a ser feito na caminhada rumo à vida sem violência: valer-se do direito estatal ou da jurisdição indígena, obedecendo sempre o princípio da igualdade na aplicação da Lei adequado ao princípio da autodeterminação dos povos.

Os povos indígenas, e, nesse ínterim, as mulheres indígenas possuem, portanto, autonomia para delimitar até que ponto a *Lei Maria da Penha* influencia a organização social da comunidade.

---

¹⁰ Cf. OIT (2003).

Assim, a questão da aplicação da lei de combate à violência doméstica às mulheres indígenas encontra muitos entraves que podem ser encarados como desafios para as indígenas garantir a afirmação e efetivação dos seus direitos enquanto mulheres e enquanto indígenas.

Conforme afirma Gersen Luciano, a autonomia dos povos indígenas consiste em:

... permitir-se o uso de suas próprias regras, que no âmbito do Estado brasileiro implica duas formas possíveis: a primeira, como permissão mais ou menos ampla para que os povos indígenas se ocupem de seus próprios assuntos e para que mantenham seus usos e costumes (LUCIANO, 2006, p. 97).

Vê-se que as questões tratadas no livro postulam uma perspectiva multicultural ao falar dos direitos das mulheres indígenas, preservando a autonomia e o protagonismo dos povos indígenas.

Referências bibliográficas

BELTRÃO, Jane Felipe; LIBARDI, Estella. Violências Domésticas, Marias e Pen(h)as: Permanências e Avanços. In: PINHO, Ana Cláudia de Bastos; GOMES, Marcus Alan de Melo (Orgs.). **Ciências Criminais: articulações críticas em torno dos 20 anos da Constituição da República**. Rio de Janeiro. Lúmen Juris, 2009. p. 109-136.

OIT. **Convenio n. 169 Sobre Pueblos Indígenas y Tribales**: uno manual. Genebra: Organização Internacional do Trabalho/Fondo Indígena, 2003. Disponível em: http://pro169.org/res/materials/es/general_resources/Convenio%20num%20169%20-%20manual.pdf . Acesso em: 27 jun. 2010.

LUCIANO, Gersen. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília: SECAD/LACED, 2006. Disponível em: http://www.trilhasdeconhecimentos.etc.br/livros/arquivos/CoLET12_Vias01WEB.pdf . Acesso em: 29 out. 2009.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Los Pueblos Indígenas e sus derechos**. México: UNESCO, s./d. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/Libro%20Stavenhagen%20UNESCO.pdf> . Acesso em: 16 nov. 2009.

VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf> . Acesso em: 26 out. 2009.